

BICENTENÁRIO: ENTRE O MITO DA INDEPENDÊNCIA E AS REIVINDICAÇÕES HISTÓRICAS DE POVOS E LUGARES.

1822-2022. Para além de apontar para um bicentenário comemorativo, as duas datas representam, na perspectiva histórica, novas oportunidades de reflexão sobre os sentidos atribuídos aos eventos relacionados à “Independência do Brasil”, registrados pela história e reproduzidos pelas instituições, tais como escolas, família e Estado.

Como acontecimento que marca a formação política do Brasil, a Independência, especificamente, tem sido apresentada como evento agregador dos interesses nacionais, escamoteando os projetos alternativos e as divergências entre os grupos políticos e econômicos existentes desde o período anterior a esse marco histórico. A pluralidade brasileira, forjada na riqueza étnica, por exemplo, precisou ser suprimida para caber no projeto de formação da nacionalidade, sob controle das classes dominantes.

O mito do grito da independência, ecoado às margens de um riacho paulista, dá o tom da narrativa heroica de construção da nação "pacífica" a partir de São Paulo, por meio da qual se negligenciou e anulou toda a miríade de atos de violência e opressão inerentes aos diferentes processos relacionados ao fato evocado.

As tentativas de efetivação, pelas classes dominantes, do projeto homogeneizante de nação e os esforços de construção da identidade nacional avançaram pelo século XIX. No século XX, a Semana de Arte Moderna de 1922, como parte desse processo de construção de identidade e das atividades realizadas em comemoração ao centenário da Independência, propôs um novo olhar sobre o Brasil a partir de projetos contraditórios de mudança e construção de futuro. Foi exaltada a importância do elemento autóctone como fundante do caráter nacional. No entanto, fincados em referenciais eurocêntricos, segmentos do movimento modernista, sem a devida reflexão sobre os significados da nação a ser construída, tomaram o indígena como uma caricatura e ignoraram as ações genocidas e as guerras como elementos formadores desse Brasil nascido da invasão europeia. A afirmação do líder indígena Ailton Krenak, enunciada em 2020, revela o tom da violência histórica cometida contra os povos originários: “o Brasil está se construindo em cima dos cemitérios indígenas. Uma nação que se

constrói em cima do cemitério de um povo originário não pode dar certo! Isso aqui não é um país, isso aqui é um acampamento!”¹

No bicentenário da Independência, o ano de 2022 revelou-se eivado de angústias e incertezas quanto ao futuro. Nesta perspectiva, o projeto abraçado pela revista *Politeia: História e Sociedade*, de trazer à tona um dossiê temático sobre as independências brasileiras, que evidencie o engajamento teórico de vários autores e autoras, apresenta-se como uma das formas de resistência diante do projeto político nefasto que se apossou do país, desde 2017. Nessa conjuntura, o dossiê é uma reivindicação da importância histórica de sujeitos e lugares que estiveram presente no processo de formação do Brasil e que, hoje, precisam ser reconhecidos.

Organizado por Maria Aparecida Silva de Sousa e Nora de Cássia Oliveira Gomes, o dossiê, intitulado “A(s) independência(s) do Brasil: entre contexto, comemorações e reflexões”, nos guia por importantes pesquisas que discutem temas concernentes à independência e ao processo de formação da nacionalidade brasileira. Após a apresentação, assinada pelas organizadoras, os artigos que o compõem refletem a atualidade das pesquisas e o engajamento político dos autores e autoras, que possibilitam entrever novas abordagens e novos sujeitos partícipes do processo histórico. Os textos refletem, também, o papel crítico da Universidade Pública como centro de pesquisa, formação e difusão de conhecimento, cuja finalidade deve ser a construção de uma nação efetivamente plural e engajada. Para além dos artigos temáticos, o dossiê se encerra com uma entrevista concedida às organizadoras pelo prof. João Paulo Pimenta, da Universidade de São Paulo.

O presente número de *Politeia: História e Sociedade*, é composto, também, por um ensaio e artigos livres. As temáticas variadas e os vínculos institucionais dos autores e autoras evidenciam a ampliação das pesquisas acadêmicas e a perspectiva aberta à divulgação por meio de revistas científicas. Urge trazer esses textos à baila, para que sejam discutidos em sala de aula, para que se evidencie a importância das pesquisas para a formação de futuros professores e professoras, ampliando, assim, o conhecimento nas mais diversas temáticas historiográficas.

No ensaio “Capitalismo, liberdade e igualdade: considerações sobre a justiça distributiva no tempo presente”, Letícia Negra Chamma, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), e Lucas André Teixeira, professor do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (Unesp), discutem o conceito de justiça no mundo contemporâneo. Com base nos filósofos John Rawls e Gerald Cohen, os autores questionam as possibilidades de justiça no mundo capitalista, lançando, assim, importantes reflexões para o mundo atual sobre os limites de efetivação da liberdade e da igualdade.

O texto que abre a seção de artigos, assinado por Miléia Santos Almeida, é intitulado “Mulheres públicas: prostituição no alto sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX (Caetitê, 1900-1940)”.

¹ KRENAK, A. O mito do acampamento garimpeiro. Entrevista concedida ao Boletim 3X22. *Boletim 3X22: Pluralidades Indígenas*, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 37-44, abr. 2020.

A autora, professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, utiliza-se de processos criminais e da legislação penal vigente no início do século XX para investigar fragmentos das trajetórias de mulheres pobres da região do alto sertão baiano, cujas ações, no âmbito do chamado “baixo meretrício”, entravam em choque com o projeto moralizador republicano.

Em seguida, Flaviana Silva analisa, em “Gênero e literatura de viagem no século XIX: Maria Graham e o culto à domesticidade”, a trajetória da naturalista, escritora e artista inglesa durante sua passagem pelo Brasil, no ano de 1821. Através de relatos da própria viajante, a autora, doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), discute as possíveis contribuições da inglesa para a construção dos papéis sociais relegados ao gênero feminino.

Saindo da temática da história das mulheres e das relações de gênero, presente nos dois primeiros artigos livres, temos “A cidade subalterna representada nos romances da saga do cacau de Jorge Amado: imaginário urbano sobre ‘outra’ Ilhéus na década de 1920 e 1930”, de Igor Campos Santos. Guiado pelo romancista grapiúna, a partir dos romances ambientados na região cacauceira da Bahia, o autor, mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), nos apresenta sujeitos e lugares esquecidos e ocultados da memória ilheense, recuperando e evidenciando sua importância histórica na formação e transformação da cidade.

Na sequência, temos o artigo de Boanerges de Freitas Barreto Filho, professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), intitulado “A experiência do ferroviário no Alto Oeste Potiguar (AOP): a ferrovia Mossoró, RN-Sousa, PB”. O autor apresenta as adversidades da implantação do modal ferroviário no Brasil e da integração dos mercados ao mundo capitalista; analisa, também, a importância da ferrovia para o escoamento da produção de sal e para o transporte de passageiros, sobretudo no período de secas, e a posterior substituição do transporte ferroviário pelo modelo rodoviário, no Brasil, a partir da década de 1950.

Por fim, o artigo de Rodrigo do Prado Bittencourt, Doutor em Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade de Coimbra, intitulado “As visões de Hegel e Marx acerca da História”, discute as contribuições desses pensadores para a Filosofia da História. Com texto claro e didático, o autor analisa a bibliografia dos filósofos, comparando-os e trazendo outros elementos relacionados à visão da História em ambos.

Os artigos do dossiê temático sobre a(s) Independência(s) do Brasil, somados aos de temática livre, apresentam uma pequena amostra da produção acadêmica brasileira e evidenciam a diversidade temática e a riqueza de possibilidades de pesquisas em História, frutos de uma nação verdadeiramente independente e plural, que valoriza o conhecimento científico socialmente referendado.

Marcos Profeta Ribeiro
Membro da Equipe Editorial da Revista Politeia: História e Sociedade
Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)